

GLÓRIA

20 cop.

Gumberg

11.1

Daniel Aarão Reis Filho
Jorge Ferreira
Celeste Zenha
(organizadores)

O século XX

Volume III

O tempo das dúvidas
Do declínio das utopias às globalizações

2ª edição

DEDALUS - Acervo - FFLCH-HI



21200047982

SBD-FFLCH-USP



244308



CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rio de Janeiro
2002

9.09 82
S446
v. 3
2. ed.

COPYRIGHT © 2000 by Daniel Araújo Reis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Zenha

CAPA
Evelyn Grumach

PROJETO GRÁFICO
Evelyn Grumach e João de Souza Leite

PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS
Nerval Mendes Gonçalves

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Art. Line

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S452 O século XX / organização, Daniel Araújo Reis Filho, Jorge Ferreira, Celeste
v.3 Zenha. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
2ª ed. 3v.

Conteúdo: v. 1. O tempo das certezas: da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra - v. 2. O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras - v. 3. O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações.
Inclui bibliografia e filmografia
ISBN 85-200-0529-2

1. História moderna - Século XX. 2. Civilização moderna - 1950-. I. Reis Filho, Daniel Araújo, 1946-. II. Ferreira, Jorge. III. Zenha, Celeste.

CDD -909.82
CDU - 93

00-1148

Direitos desta edição adquiridos pela
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
um selo da
DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.
Rua Argentina 171 - Rio de Janeiro, RJ - 20921-380 - Tel.: 2585-2000

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL
Caixa Postal 23.052, Rio de Janeiro, RJ - 20922-970

Impresso no Brasil
2002

“Mesmo quando há duas partes que têm razão, a justiça é um jogo ilusório, porque é sempre julgada pelo lado de quem vê.”

YORAM KANIUK, escritor israelense

INTRODUÇÃO

A primeira palavra que vem à cabeça de qualquer um que pense em Oriente Médio é conflito. Região que deu origem às grandes civilizações e a religiões que ainda hoje encontram seguidores nos quatro cantos do mundo, é triste constatar que ela tenha passado a ocupar as manchetes dos jornais com temas tão sangrentos como explosões de carros-bomba, campos de refúgiados, assassinatos de políticos e ameaças de guerras até nucleares.

Com aproximadamente 7,2 milhões de quilômetros quadrados situados na encruzilhada dos continentes asiático, africano e europeu, a região denominada Oriente Médio abrange os países Afeganistão, Arábia Saudita, Barein, Catar, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Síria, Turquia e Territórios da Autoridade Nacional Palestina. O termo não é tão antigo quanto a presença humana no local; cunhado por ingleses no início do século XX, ele foi usado para designar as extensões de terra e água a meio caminho entre o mar Mediterrâneo e as fronteiras da Índia, região controlada na época pelo Império Britânico. Hoje, englobando este vasto conjunto de países que possuem menos em comum do que se imagina, suas bordas geográficas são os estreitos de Dardanelos e Bósforo a noroeste, o oceano Índico a sudeste, o vale do rio Nilo a sudoeste e o Afeganistão a nordeste.

O atual Oriente Médio conta com uma população de cerca de 230 milhões de habitantes, que, divididos em várias etnias, falam pelo menos seis línguas diferentes e professam três religiões distintas, para contar só as maio-

ritárias. Aí começam os problemas: para entender os conflitos destes povos designados genericamente como árabes e judeus, suas alianças e disputas, é preciso conhecê-los de fato.

Quando Maomé, no século VII, fundou a religião muçulmana, dificilmente se poderia imaginar que ela seria um dia a crença de praticamente todo o Oriente Médio, Norte da África, Sudão, Paquistão, e de parcelas da Índia e da Indonésia. Espremidos entre os impérios Bizantino e Persa, os árabes de então eram pura e simplesmente as pessoas que viviam na península Arábica. Acreditando que Maomé lhes tinha revelado uma nova fé, adotaram Meca como capital religiosa e o Corão como livro sagrado, tornando-se então muçulmanos (crentes, ou fiéis, em árabe) ou partidários da religião do islã (também em árabe, submissão a Deus). Depois da morte do profeta, tropas árabes dispuseram-se a propagar a religião através de expansão militar e, em relativamente pouco tempo, constituíram um império que acabou se estendendo por 6 mil quilômetros, do oceano Índico ao Atlântico, dominando a península Ibérica, o Norte da África e parte dos impérios Bizantino, Sassânida e Persa, indo até as fronteiras com a Índia e a China, e tendo como sucessivas capitais as cidades de Meca, Damasco, Bagdá e Cairo.¹

Nesse império, o islamismo era a religião oficial e a língua árabe tornou-se rapidamente o principal meio de comunicação. Assim, os povos conquistados pelos árabes muçulmanos foram arabizados e islamizados. Com exceção dos territórios europeus, da Ásia Menor e do Império Persa, todos os povos conquistados adotaram o árabe como primeira língua; além disso, fora os cristãos e judeus — que tinham o direito de administrar suas comunidades e beneficiar-se da liberdade de culto mediante o pagamento de um imposto especial —, todos também passaram a professar a religião muçulmana. Tempos mais tarde, alguns destes mesmos grupos conquistados expandiram ainda mais a fé islâmica, como os berberes do Norte da África, que a propagaram ao sul do Saara. É por isso que, hoje em dia, mesmo não fazendo parte do Oriente Médio, habitantes de países como a Argélia e o Marrocos adotam a religião muçulmana e são considerados árabes. Ao mesmo tempo, nem todos os que se converteram ao islamismo adotaram os valores, a cultura e a língua árabes, como os turcos, que falam a língua turca, e os iranianos, que até hoje usam o persa. Não são árabes, portanto. O contrário também aconteceu: nem todos os que passaram a ser árabes com o tempo se converteram ao islamismo, como os católicos e os judeus já mencionados. Nem todos os árabes são muçulmanos, e nem todos os muçulma-

nos são árabes. Assim, de um modo geral, são árabes aqueles que se identificam com a língua, a cultura e os valores dos árabes, e são muçulmanos aqueles que seguem a religião do islã, fundada por Maomé.

Quase o mesmo pode ser dito dos judeus: primeira das religiões mono-teístas, o judaísmo nasceu na chamada terra de Canaã, situada entre a margem direita do rio Jordão e o mar Mediterrâneo, quando os então chamados hebreus adotaram os preceitos difundidos pelos profetas Abraão e Moisés e consolidados nos Dez Mandamentos e no Pentateuco, os cinco primeiros livros do Antigo Testamento. Considerando Jerusalém sua capital sagrada, os judeus posteriormente viveram na região sob o domínio de vários povos e impérios, nem todos tolerantes. Depois das destruições dos dois templos de Jerusalém, um pelos neobabilônios e o outro pelos romanos, os judeus se dispersaram pelo mundo e, mesmo que sempre tenham existido comunidades judaicas na região, só em fins do século XIX grupos de judeus europeus começaram a se organizar politicamente para constituir um lar nacional judaico, que — mais tarde ficou decidido — deveria ser localizado na Palestina, naquela época parte do Império Otomano, onde viviam pequenas comunidades de árabes agricultores.²

O surgimento do sionismo, ou o movimento que preconiza a volta a Sion, colina de Jerusalém que simboliza a Terra Prometida, na década de 1890, foi profundamente marcado pelo crescente anti-semitismo europeu. A falência da política de integração dos judeus à sociedade europeia, posta em prática em vários países durante todo o século XIX, ficou evidente quando massacres de comunidades inteiras de judeus — os chamados *pogroms* — começaram a acontecer na Rússia e quando o judeu francês Alfred Dreyfus foi acusado de passar informações secretas de seu exército para o inimigo alemão. Este episódio, que provocou inúmeras manifestações anti-semitas na França e é hoje considerado um dos maiores erros judiciários da história francesa, impressionou vivamente o jornalista vienense Theodor Herzl, que, também judeu, escreveu o livro *O Estado Judeu*, publicado em 1896, e organizou o primeiro congresso sionista na Basileia no ano seguinte.³

Foi em contraposição ao anti-semitismo europeu, portanto, que a idéia de construção do Estado Judeu ganhou força. Movimento nacionalista como muitos que sacudiam a Europa naquele momento, a versão política do sionismo pregava a criação de um Estado laico (não necessariamente na Palestina) que solucionasse os problemas de segurança dos judeus. Muito influenciados pelo socialismo europeu, a maioria de seus militantes preconizava uma di-

divididos otomanos. A este movimento correspondeu um outro, interno, de igual ameaça à integridade territorial. Eram os movimentos nacionalistas árabes, que, influenciados pelas mesmas idéias que deram origem ao sionismo e impulsionados pelo exemplo dos sérvios e gregos nos Bálcãs, buscavam autonomia e independência em regiões de fala árabe, como a Arábia, o Iraque, o Líbano e o Egito. Contando com ajuda externa, estes movimentos cresceram e ajudaram a minar ainda mais o império, que, após uma nesga de modernização com a Revolução dos Jovens Turcos, teve seu golpe final depois da Primeira Guerra Mundial, a última travada pelo Império Otomano como grande potência.⁴

O mais importante destes movimentos foi o liderado por Hussein, que, além de herdeiro da família hachemita, descendente de Maomé, era também o guardião das regiões mais sagradas do islã, as cidades de Meca e Medina, situadas na província árabe do Hijaz, na Arábia. Hussein pretendia constituir um grande "Reino Árabe", que incluiria, além da própria Arábia, a Síria, o Iraque e a Palestina. Em 1915, ele iniciou uma correspondência com Sir Henry McMahon, alto comissário britânico para o Egito, comunicando suas pretensões e buscando a concordância britânica para a proclamação de um Califado Árabe para o islã. Embora tendo inicialmente recusado, o governo inglês acabou dando o aval para a revolta árabe contra os otomanos, iniciada em 1916 com o auxílio do coronel Lawrence, o famoso Lawrence da Arábia.⁵

Ao mesmo tempo, a Inglaterra precisava administrar as pretensões da França, sua principal aliada na guerra, que estava interessada na Síria, no Líbano e na Palestina. As negociações entre os dois países resultaram nos acordos de Sykes-Picot, assinados secretamente, com aprovação russa, ainda no início da revolta árabe. Neste acordo, as duas potências realizaram a partilha do Oriente Médio e reconheceram um possível Estado Árabe Independente, mas não nas fronteiras desejadas pelos árabes. Num texto recheado de ambigüidades, os ingleses não consideraram a Síria e a Palestina como incluídas nas áreas pretendidas pelos árabes, mas, interessados no apoio destes à derrocada final dos otomanos, nunca se preocuparam em esclarecer completamente os limites de seus acordos.

Em todas estas negociações, a região mais problemática era a da Palestina, cobiçada tanto pela França quanto pela Inglaterra; provisoriamente resolvida por uma divisão entre a Inglaterra e uma proposta de administra-

ção socializante do sionismo, que, através de comunidades coletivistas — os *kibutzim* —, permitisse a criação de uma nova sociedade, baseada em valores igualitários, diferentes daqueles hegemônicos em suas terras natais. Mesmo assim, nessa época e até meados do século XX, quando o sentimento anti-semita já tinha virado política oficial na Alemanha nazista, a idéia sionista foi desconsiderada pela maioria dos judeus, muitos ainda confiantes na emancipação pessoal ou na integração socialista à sociedade européia, outros preferindo adotar a solução individual da imigração para, principalmente, as Américas. Nem todos os judeus, portanto, tornaram-se sionistas.

O FIM DO IMPÉRIO OTOMANO E A NOVA CONFIGURAÇÃO POLÍTICA DO ORIENTE MÉDIO

Quando judeus sionistas começaram a emigrar para a Palestina, o Império Otomano estava em crise. Turcos originários da Ásia Central e convertidos ao islamismo, os otomanos reunificaram o mundo muçulmano no século XVI, constituindo um império que duraria até a Primeira Guerra Mundial. Embora o declínio do império tenha começado ainda em meados do século XVII, quando o exército otomano foi barrado às portas de Viena, foi só no século XIX que ele realmente entrou em crise, com o interesse das potências européias em expandir-se naquela direção. Era a época da disputa por áreas estratégicas no mundo inteiro, e o território otomano era prioridade principalmente para Rússia e Inglaterra. A primeira, já de posse de tratados comerciais que lhe davam liberdade de navegação e comércio no mar Negro e nos estreitos de Bósforo e Dardanelos, visava aumentar sua influência nos territórios de população eslava dominados pelos otomanos e, com isso, consolidar sua hegemonia na região. O Império Britânico, por sua vez, pretendia controlar as rotas de acesso às suas áreas de controle na Ásia e, ao mesmo tempo, impedir o avanço de outras potências. Interessados em comércio e diplomacia, estes países estavam, sobretudo, investindo na rivalidade entre si mesmos.

Em 1854, no conflito que ficou conhecido como Guerra da Criméia, a Inglaterra e sua aliada França apoiaram o Império Otomano na vitória contra a Rússia, e por isso consolidaram definitivamente seu poder na região, fitando as tarifas aduaneiras e controlando todas as trocas comerciais dos en-

ção internacional nos lugares santos, esta questão foi aprofundada pela declaração feita por Lord Balfour, em 1917, de que o Império Britânico "encara favoravelmente, com estima, o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu". De fato, visando conseguir o apoio dos sionistas — que já somavam mais de 70 mil pessoas nessa época — para salvaguardar seus interesses na região, e devido a intensas negociações diplomáticas entre representantes sionistas e oficiais britânicos, os ingleses colocaram-se em favor das pretensões sionistas. No entanto, mesmo enfatizando a necessidade de respeito aos direitos civis e religiosos das comunidades não-judaicas locais, a Declaração Balfour não menciona especificamente a existência da comunidade de árabe no local, causando grande insatisfação entre os membros desta.

Assim, no que se refere à Palestina, a política britânica acabou sendo extremamente dúbia: numa sucessão de acordos e declarações secretas (eles só seriam tornados públicos alguns anos depois), os ingleses conseguiram se comprometer tanto com Hussein e seus seguidores, quanto com os sionistas, apoiando as pretensões nacionais dos dois sem, no entanto, entrar em detalhes sobre os limites geográficos das futuras nações. Reforçando a posição de árbitro num conflito largamente antevisto, a Inglaterra ainda garantia, de quebra, o acesso ao Canal de Suez.

As outras regiões do Império Otomano foram desmembradas após o fim da Primeira Guerra Mundial, dando origem a novos países e a regiões controladas diretamente por britânicos e franceses, segundo os limites traçados no acordo Sykes-Picot e com a supervisão da Liga das Nações. A nova configuração geopolítica do Oriente Médio, portanto, ficou sendo a seguinte: a Turquia torna-se uma República Nacional Independente; a Síria passa a ser Mandato Francês em 1920; no Iraque e na Transjordânia, os britânicos colocam, respectivamente, os irmãos Faissal e Abdallah no trono, ambos filhos do líder Hussein. Esta divisão e o interesse britânico em controlar as áreas petrolíferas da região fizeram com que o sonho da criação de um Reino Árabe fosse por água abaixo, ainda mais porque, agora, Hussein tem um rival: é Ibn Saud, que, sem ter participado das revoltas árabes e da Primeira Guerra Mundial, congregava 70 mil homens em uma fraternidade religiosa, política e militar. Ibn Saud tinha como objetivo unificar a Península Arábica e, aproveitando a fraqueza de Hussein com a parilha do Oriente Médio, se proclamou rei do Hijaz, formando a Arábia Saudita, numa atitude que nunca seria bem aceita pelos seguidores de Hussein.

ÁRABES E SIONISTAS NA PALESTINA: O INÍCIO DA CONVIVÊNCIA

Quando foi iniciada a colonização judaica na Palestina, em fins do século XIX, eram raras as cenas de violência entre árabes e judeus sionistas. Comprando terras de proprietários árabes absenteístas, estabelecidos em Jerusalém ou em Beirute, muitos judeus chegaram imbuídos dos ideais de cooperação mútua e, bem ao estilo da época, acreditavam estar trazendo progresso e civilização para os habitantes da região. E, de fato, inicialmente, os árabes palestinos se beneficiaram bastante com a nova situação, desfrutando do acesso ao novo mercado de trabalho aberto com a criação de comunidades agrícolas coletivistas e a existência de novas cidades, como Tel-Aviv, fundada em 1909.

No início da década de 1930, viviam cerca de 840 mil árabes na Palestina; destes, apenas 75 mil eram cristãos, que viviam nas áreas urbanas, eram alfabetizados e tinham acesso aos baixos e médios escalões da administração inglesa. Os árabes muçulmanos, no entanto, estavam em situação bem pior; 70% deles viviam do cultivo de grãos, vegetais, azeite de oliva e tabaco em terras que não possuíam. Sempre endividados com seus patrões, a quem deviam o aluguel das terras que ocupavam, estes agricultores viviam em estado de grande pobreza. Mesmo assim, a situação deles era melhor do que a dos outros árabes muçulmanos do Oriente Médio: entre 1922 e 1946, 100 mil árabes entraram na área controlada pelo mandato britânico, buscando as oportunidades econômicas criadas com a colonização judaica.

Até o crescimento da imigração judaica na região, portanto, os palestinos não possuíam qualquer reivindicação territorial de cunho nacionalista. Foi só depois de as potências estrangeiras terem dividido o Oriente Médio, criando artificialmente países árabes em outras áreas e firmando um compromisso pelo estabelecimento de um lar judeu, que os palestinos fundaram seu próprio movimento nacional, baseados no argumento de que, se os judeus tinham direito àquela terra, eles o tinham também, e mais ainda por lá estarão lá — mais tempo do que os sionistas. Pode-se dizer, portanto, que o sionismo motivou a formação do nacionalismo palestino. Embora algumas tentativas tenham sido feitas no sentido de construir bases para uma possível convivência mútua — foram criadas organizações conjuntas, como a União Internacional de Operários Ferroviários, Postalistas e Telegrafistas, a União dos Trabalhadores Árabes, com apoio da Histadrut (central sindical judaica), e a Fraternidade Operária —, durante as décadas de 1920 e 1930, judeus

e palestinos deram início a uma disputa que não teria fim, já que seus objetivos eram semelhantes e excludentes; ambos queriam pôr fim ao Mandato Britânico e criar uma nação independente no mesmo lugar.

Neste sentido, a revolta palestina ocorrida na cidade de Iaffo, em 1921, foi apenas a primeira de uma série de conflitos, devidamente explorados pelo governo britânico, que, colocando em prática uma política ambígua e dualista, ora fazia concessões a palestinos, ora a judeus, contribuindo para que as duas partes usassem cada vez mais da violência como forma de pressionar por seus interesses. Um dos mais graves incidentes foi o ocorrido em Hebron, em 1929, quando judeus foram massacrados por árabes extremistas. Tanto palestinos quanto judeus formaram, assim, suas organizações de autodefesa; estes criaram a Haganah, organização que viria a ser a base do exército israelense no futuro, além de unidades paramilitares como o Irgun, chefiada pelo futuro primeiro-ministro Menachem Begin. Os palestinos compensavam a falta de organização com o excesso de contingente, desencadeando ataques em igual intensidade aos dos judeus.

Enquanto se armavam, os judeus também trabalhavam no sentido de construir as bases de seu futuro Estado, criando instituições, redes de ajuda e, principalmente, buscando fundos para o incremento da imigração. Os palestinos, no entanto, agiam de forma diferente: negando-se a criar uma Agência Árabe (equiparada à Agência Judaica, responsável pela imigração), eles fecharam-se ao contato com os britânicos, que tinham a partir de então apenas no mufti de Jerusalém um interlocutor com quem negociar. Ao mesmo tempo, sem apoio dos outros países árabes, que, já tendo conseguido suas independências, não fazem grande esforço pela causa palestina, os palestinos se vêem perdidos entre o abandono de seus vizinhos e a posição britânica. Esta situação só seria agravada com o aumento da imigração judaica, motivado pelo crescimento de medidas anti-semitas na Europa. Até então, era permitida a entrada de 5 mil judeus por ano. O início da perseguição nazista, no entanto, fez com que a população judaica da Palestina aumentasse muito rapidamente. A perspectiva de uma maioria populacional judaica, portanto, acabou sendo a gota d'água para o início, em 1936, da revolta palestina generalizada, que, tendo o objetivo de interromper a imigração judaica, dura três anos.⁶

Assim, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, britânicos, judeus e palestinos estavam em uma encruzilhada, ainda que de dimensões diferentes: os judeus, perseguidos na Europa e proibidos de imigrar para a maioria dos paí-

ses do mundo, viam na Palestina sua única esperança de sobrevivência; os palestinos, assustados com as dimensões que a imigração judaica estava tomando, temiam perder o pouco que tinham para os sionistas; e os britânicos estavam divididos entre a obrigação do apoio aos refugiados judeus e o temor de provocar uma aliança entre os árabes e o Eixo, justamente por permitir a imigração judaica. A declaração de que a Inglaterra "simpatiza com os refugiados dos países ocupados pela Alemanha" mas "vê-se obrigada a admitir que o reinício da imigração legal judia, nas atuais circunstâncias, corre o risco de ter a pior repercussão para o país e de constituir uma séria ameaça para os interesses ingleses no Oriente Médio" é boa demonstração disto (ver quadro 1: As principais ondas de imigração judaica para a Palestina).

Em 1937, um relatório feito pela Comissão Peel, grupo inglês responsável por investigar os conflitos na Palestina, propõe, pela primeira vez, a partilha da região, veementemente recusada pelos árabes reunidos na Síria no Congresso Pan-Árabe, em 1938 ("A Palestina é árabe, e preservá-la como tal é dever de todos os árabes"), mas aceita com reservas pela comissão executiva sionista. A situação é compreensível — para quem não tinha nada, qualquer proposta é uma vitória, mas para quem ocupava o território inteiro, a mínima cessão já significaria uma derrota —, mas ela só provocou o aumento da revolta palestina. Assim, revendo sua posição, os britânicos optaram por restringir radicalmente a entrada de judeus na Palestina em 1939, justamente o ano em que Hitler dá início à guerra que acabaria por exterminar 6 milhões de judeus.

Os ingleses então adotam a política do *Livro Branco*, limitando a imigração de judeus a 50 mil por cinco anos; depois disto, a retomada do processo migratório ficaria condicionada à concordância dos árabes. Desta vez, foram os judeus que optaram pela via da violência para rechaçar a decisão britânica: em 1945, mesmo contra a posição da Agência Judaica, segmentos extremistas minoritários da comunidade judaica dão início à luta armada que vai resultar, entre outras ações, na explosão do Hotel King David em Jerusalém, sede do governo inglês, pelo Irgun. De fato, a posição dos judeus da Palestina era difícil e dúbia, por conta da necessidade de continuar ao lado dos ingleses na disputa europeia contra os nazistas: "Combateremos o lado da Inglaterra como se o Livro Branco não existisse, e combateremos o Livro Branco como se a guerra não existisse", dizia o líder Ben-Gurion, da Agência Judaica.

Mas tal separação de perspectivas já não seria possível: ante o desfecho

parte dos territórios destinados aos palestinos, o Egito preocupava-se em não deixar que a Transjordânia tivesse êxito, e o Líbano pretendia apenas reafirmar sua recente independência.

A recém-criada Liga Árabe escondia em seu nome as profundas divergências de objetivos que a caracterizariam a partir de então, e o resultado disto pode ser percebido através da divisão territorial ocorrida com o armistício de 1949: além de Israel passar a ocupar um território 21% maior do que aquele designado pela ONU, o rei Abdallah consegue anexar a Cisjordânia a seu território (que, a partir de então, passa a ser o Reino da Jordânia), o Egito toma conta da faixa de Gaza e Jerusalém é dividida. O Estado Palestino não chega a sair do papel, e o lema "O caminho de Jerusalém passa pela unidade árabe" é bastante revelador do segundo plano ocupado pela questão palestina entre as prioridades árabes: primeiro a unidade, depois o Estado Palestino.

Os principais perdedores desta guerra, portanto, não são os países árabes, que vêem a criação do Estado de Israel como um "enclave ocidental" no Oriente Médio, e sim os palestinos, forçados a se exilar fora do novo território israelense. A questão é controversa: a história oficial israelense defende que os cerca de 750 mil palestinos que deixaram suas terras — metade da população palestina local — o fizeram instigados pelos seus vizinhos árabes, que pretendiam usá-los na luta contra Israel, enquanto que a explicação árabe defende a tese da expulsão pelas forças armadas israelenses. Até hoje objeto de polêmica, principalmente entre os representantes da mais recente historiografia israelense, que enfatiza a grande responsabilidade de Israel no êxodo dos refugiados palestinos, o fato é que, em 1950, 957 mil pessoas — cerca de metade da população palestina — viviam nos campos criados pela UNRWA (agência criada pela ONU em 1949 para tratar dos problemas dos palestinos refugiados da guerra), sem o direito de retornar às suas casas, nem de, à exceção da Jordânia, estabelecer residência nos países árabes vizinhos. Ao mesmo tempo, a Lei do Retorno, aprovada em 1950 pelo Parlamento de Israel, concede cidadania israelense a todos os judeus que desejarem imigrar para o novo país, assim como aos 160 mil árabes palestinos que permaneceram em seus locais de origem. É assim que o momento de fundação do Estado de Israel, solução dos problemas dos refugiados judeus da Segunda Guerra Mundial, está indelevelmente ligado à criação do problema dos refugiados palestinos que, passados mais de cinquenta anos, ainda persiste.⁸

da guerra e as notícias sobre o genocídio de judeus, aumentava a pressão pública pela aceitação da entrada daqueles 100 mil que ainda aguardavam, na Europa ou em navios clandestinos, uma solução para o seu destino. Em 1947, este estado de coisas chega ao clímax: o navio *Exodus*, que aportou em Haifa com 4,5 mil judeus sobreviventes de campos de extermínio, é expulso pelas autoridades britânicas, e é obrigado a voltar para a Alemanha. A partir daí, tendo perdido o controle da situação — também provocada pelo aumento da beligerância de palestinos e judeus contra britânicos —, a Inglaterra leva o problema às Nações Unidas, que, na conurbada sessão de 29 de novembro de 1947, decide pelo fim do Mandato Britânico e pela partilha da Palestina em dois Estados autônomos e independentes: um árabe palestino e um judeu. Este teria 14 mil quilômetros quadrados, englobando as áreas entre o deserto do Neguev e o golfo de Ácaba, o lado esquerdo do lago Tiberíades e a zona compreendida entre Tel-Aviv e Haifa, enquanto o palestino, com 11 mil quilômetros quadrados, estaria situado na Cisjordânia e na faixa de Gaza; a cidade de Jerusalém, cobijada por ambos os lados, seria internacionalizada. Novamente, os sionistas aceitam a partilha e os palestinos a recusam, seguindo o mesmo raciocínio de que seria uma derrota permitir que os judeus legitimassem sua presença na Palestina.⁷

Logo que o plano da partilha foi tornado público e a data para o fim do Mandato Britânico marcada, os choques entre palestinos e judeus intensificaram-se. Massacres de lado a lado, como o da população árabe da aldeia de Deir Yassin e dos habitantes do *kibutz* Kfar Etzion, se sucediam. Ao mesmo tempo, as forças armadas judaicas organizavam-se para um provável confronto de maiores proporções, enquanto tropas dos países árabes vizinhos iniciavam movimentações. Os britânicos apenas observavam de longe e, no dia 14 de maio de 1948, retiraram-se de Jerusalém. Não havia qualquer representante da ONU para substituí-los. Estava dado o sinal para o início da guerra.

A proclamação oficial da criação do Estado de Israel, feita por David Ben-Gurion em Tel-Aviv, correspondeu o ataque dos países árabes ao redor. Com um exército mais bem armado, o suporte do armamento tcheco e o aumento contínuo no contingente de pessoal, por conta da chegada de imigrantes europeus, Israel levou a melhor. A superioridade dos israelenses também era política, já que seus inimigos compunham um bloco nada coeso: o mufti de Jerusalém pretendia "jogar os judeus ao mar", a Síria pensava na fundação da "Grande Síria" (que incorporaria a Transjordânia, o Líbano e a Palestina), a Transjordânia aceitava a criação de Israel desde que anexasse

A BUSCA DA IDENTIDADE ARABE

A derrota da Liga Árabe no conflito que resultou na independência do Estado de Israel deixou marcas profundas na cultura política árabe. Para muitos, o sionismo era uma nova versão do colonialismo das grandes potências mundiais, e só uma união nacional árabe poderia libertá-los do domínio estrangeiro. De fato, desde a dissolução do Império Otomano que o mundo árabe está à busca de sua identidade, perdida quando a unidade muçulmana garantida pelas autoridades otomanas deixou de existir. A ocidentalização trazida pelas potências européias, os árabes não tinham nenhum projeto a contrapor. Desde então, para superar o sentimento de derrota histórica para valores e princípios dos quais não compartilham, muitos árabes voltam-se para o passado, buscando na "Idade de Ouro", ou seja, na época de Maomé, a solução para os problemas contemporâneos. Assim, movimentos como o da Irmandade Muçulmana, formado em 1928 no Egito, defendiam o uso do islã para alcançar o progresso, pretendendo que a observância dos preceitos religiosos abrissem as portas para a modernidade. Outros movimentos, como o arabismo, defendiam o oposto: que a base de união dos árabes fosse a criação de uma nação única, que unisse a cultura e a experiência histórica árabes e seus interesses em comum.

Até o fim da guerra de 1948, portanto, o nacionalismo árabe não passa de um projeto fragmentado. A partir desse momento, além do sionismo, a Guerra Fria viria dar forte impulso a este movimento, conferindo-lhe um cunho popular inexistente até então. A unidade árabe era fortalecida pela idéia de Terceiro Mundo, a partir da qual os países em processo de desenvolvimento, mantendo o descompromisso com os blocos americano e soviético, exerceriam uma ação conjunta, especialmente na Assembléia Geral das Nações Unidas.

É neste contexto que surge a liderança política do oficial egípcio Gamal Abdel Nasser. Revoltado com a derrota para Israel e com a corrupção do alto escalão de seu próprio país, Nasser toma o poder no Egito, em 1952, com um pequeno grupo clandestino de oficiais, os chamados oficiais livres, após o assassinato do primeiro-ministro e do guia supremo da Irmandade Muçulmana. Embora não tenha conseguido canalizar todas as forças políticas egípcias e tivesse uma ideologia vagamente constituída como "socialismo árabe", que oscilava entre a simpatia à Irmandade Muçulmana e a adesão ao Partido Comunista, o nasserismo foi amplamente aceito nos outros países

árabes. Apoiando-se nos princípios do reencontro da dignidade árabe e da necessidade do progresso econômico, Nasser se constituiu num símbolo popular da unidade e do não-alinhamento às potências estrangeiras, que se materializou na construção da barragem de Assuã e na nacionalização da Companhia do Canal de Suez em 1956.

Esta última foi a gota d'água para o início de um conflito que envolveu as principais potências mundiais. Dispostas a aplacar a independência política de Nasser, essas potências cancelaram um empréstimo do Banco Mundial para a construção da barragem de Assuã. O líder egípcio revidou imediatamente, nacionalizando a companhia que gerenciava o Canal de Suez. Construído em 1869, o canal estava aberto a todas as nações, mas era administrado pelos britânicos, que o consideravam vital para a manutenção de seu poder marítimo e interesses coloniais. Agora, Nasser acusava o bloco capitalista de boicotá-lo, por conta das relações entre o Egito e o bloco soviético, e ameaçava buscar fundos de recuperação econômica na URSS. A resposta foi rápida: com apoio britânico e francês, e preocupado com a alteração no equilíbrio de forças da região, Israel realiza pequenos ataques no Egito, na região da faixa de Gaza, adotando a doutrina militar do ataque preventivo. Em retaliação, este país fechou o Canal de Suez e o acesso ao golfo de Ácaba aos navios israelenses. Este é o motivo imediato para a invasão de Israel, que em pouco tempo toma o deserto do Sinai e chega às portas da cidade do Cairo. A intervenção da ONU não demorou a resolver o conflito, mas ele deixou marcas por toda parte.

Inicialmente, ficou claro para as potências européias, principalmente para a Grã-Bretanha, que a era dos impérios coloniais estava definitivamente sepultada. Certas do apoio americano à ofensiva, elas não só foram incapazes de administrar o conflito, não conseguindo derrubar Nasser ou revogá-lo da intenção de fechar o Suez, como foram obrigadas a acatar a decisão das Nações Unidas de interrompê-lo. Por outro lado, este acontecimento foi decisivo na disputa de áreas estratégicas entre EUA e URSS. Aproveitando o vácuo de poder criado pela decadência britânica, os EUA tomaram a posição de não defender as ações das potências européias, para impedir uma polarização na qual a URSS acabaria por consolidar a simpatia de que já dispunha no mundo árabe. Mesmo assim, os americanos não permitiram que as ameaças soviéticas de um ataque nuclear à Inglaterra e França ganhassem força, prometendo devolver na mesma moeda se tal fato se realizasse.

De diferentes formas, foram os próprios países do Oriente Médio que

saíram fortalecidos com o confronto. Israel liderou a invasão e acabou conquistando toda a península do Sinai, só concordando em se retirar com a presença de tropas da ONU no local. Sua aliança com a França e a Inglaterra reforça o mito árabe de serem os israelenses o trampolim do imperialismo ocidental. Nasser tira proveito desta situação e, por ter enfrentado com êxito os fortes países estrangeiros — o canal é reaberto em 1957, já sob administração egípcia —, acaba consolidando seu nome como a maior liderança do mundo árabe, dando impulso ao projeto de unificação de uma única nação, principalmente com a criação da República Árabe Unida, que englobava Síria e Egito.

Este consenso, no entanto, não duraria por muito tempo; a partir da década de 1960, os recursos petrolíferos do Oriente Médio, principalmente do Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Líbia e Argélia, passam a ser efetivamente importantes para a economia mundial. Assim, se Nasser pretendia usar a riqueza dos Estados produtores de petróleo como um instrumento para criar um bloco árabe sob liderança egípcia, a Arábia Saudita e os outros países do Golfo Pérsico queriam usar sua própria riqueza para alcançar maior influência nos assuntos árabes. Estas divergências demonstram que as pretensões do nasserismo tinham limites claros. Em 1961, os sírios rompem com os egípcios, opondo-se à supremacia dos nasseristas em seu país. No Iraque, a direção do movimento pela união árabe é disputada por Kassem, novo líder local. Apesar de todas as divergências, um ponto é comum: o apoio da URSS à causa árabe, o que intensifica os contatos e o apoio entre Israel e os Estados Unidos.

A política defendida por Nasser fez com que o Egito ocupasse a posição de principal defensor dos interesses árabes nas relações com Israel. Nesse momento, a fidelidade à causa árabe exigia a tomada de posição contra o Estado de Israel. Isto incluía, evidentemente, os palestinos, que até 1964 tinham na liderança egípcia seu principal porta-voz. Nesse ano, uma conferência da cúpula dos líderes árabes criou a Organização pela Libertação da Palestina (OLP), que ficara sob controle do Egito e de forças ligadas aos exércitos árabes vizinhos a Israel. Ao mesmo tempo, grupos de palestinos educados no exílio começaram a agir no sentido de organizar movimentos genuinamente palestinos: assim foi criado o Fatah, liderado por Iasser Arafat, que defendia o confronto direto com Israel e a independência em relação aos outros países árabes; e outros movimentos nacionalistas menores, igualmente defensores da luta armada e da utilização das táticas terroristas.

Em 1967, alguns grupos começaram a emprender ações diretas contra

Israel, que, por sua vez, retaliava contra a Jordânia e a Síria. Com informações nunca confirmadas de que Israel planejava um ataque às fronteiras sírias, o Egito faz um acordo de defesa mútua com este país, mais como uma forma de controlar o conflito — não permitindo que outras lideranças ameaçassem a posição egípcia — do que com vistas a estendê-lo. Ao mesmo tempo, entendendo que a internacionalização do golfo de Ácaba e a presença de tropas da ONU na península do Sinai eram uma afronta à sua soberania, Nasser pede a retirada dessas tropas, enquanto fecha novamente o golfo de Ácaba à navegação israelense. É difícil ter a dimensão das pretensões de Nasser; ao que parece, ele não desejava a guerra, mas sim criar uma situação que, obrigando a intervenção dos Estados Unidos, resultasse em um arranjo político em seu favor. Ao mesmo tempo, talvez contasse que, no caso de uma guerra, o apoio da URSS fosse suficiente para que saísse vitorioso. Mas não aconteceu uma coisa nem outra.

Para Israel, toda esta situação foi considerada uma declaração de guerra. Não disposto a negociar um acordo que resultasse na preponderância do Egito, apostava na superioridade de seu exército. Ao mesmo tempo, no caso de um conflito armado, contava com a ajuda americana. E foi de fato o que aconteceu: no dia 5 de junho de 1967, Israel destruiu a força aérea egípcia; em poucos dias, os israelenses ocuparam toda a península do Sinai, a Cisjordânia, as colinas do Golan (então pertencentes à Síria) e, principalmente, anexaram Jerusalém, no conflito-relâmpago que ficou conhecido como Guerra dos Seis Dias.

Esta guerra mudou definitivamente o equilíbrio de forças no Oriente Médio. A partir de então, ficou claro que Israel era o país militarmente mais poderoso da região, o que aumentava seus atrativos para os Estados Unidos. Por isso mesmo, Israel pretende conservar suas conquistas, que lhe trariam fronteiras seguras e defensáveis. A questão é que as novas fronteiras lhe trariam o controle sobre um número muito maior de palestinos, majoritariamente alocados em campos de refugiados. Isto fez com que o sentimento de identidade palestina se fortalecesse e contribuiu para que fossem intensificados os ataques terroristas contra Israel. Também para os Estados árabes, a rápida vitória israelense representou uma grande humilhação e aumentou a hostilidade árabe geral contra Israel. Divididos entre a possibilidade de retaliação e a solução dos problemas pela via política, os países árabes aceitaram a Resolução 242 da ONU, que previa a retirada progressiva das tropas israelenses dos territórios ocupados. Encastelados em suas posições, os dois lados

agora negavam-se à negociação: setores do governo israelense divergiam quanto ao futuro dos territórios, alegando a necessidade da existência de um cordão de isolamento que os protegesse dos inimigos vizinhos, e os árabes uniram-se nos três "nãos", proferidos na Conferência de Cartum, ainda no ano de 1967: "Não à paz com Israel, não a qualquer negociação com Israel, não ao reconhecimento de Israel".¹⁰

Mas um novo fator veio contribuir para o desenrolar dos acontecimentos: apelando para a luta armada, grupos de *fedayim* (guerrilheiros) e membros da organização palestina Fatah voltaram a atacar Israel. Alocados na fronteira entre Israel e a Jordânia, estes grupos constituíram-se cada vez mais em um fator de desestabilização da região, pela força de seus ataques, e em uma nova liderança, já que, a cada atentado, dispunham de mais popularidade entre a população árabe. Como Israel revidasse aos ataques, aumentavam também as pressões políticas sobre Nasser de que assumisse uma posição de controle do conflito. Mas não foi isto o que aconteceu: em 1970, Nasser morreu de um súbito ataque cardíaco, sendo substituído por Anwar Sadat, mas deixando vazia a liderança do mundo árabe. Enquanto isso, o terrorismo cresce: aviões israelenses são seqüestrados, atletas israelenses são massacrados na Olimpíada de Munique de 1972. O poder e a popularidade dos palestinos envolvidos em ações terroristas chegam a tanto que, onde quer que estivessem, constituíam um poder à parte, quase um Estado dentro do Estado. Sua autonomia em território jordaniano chegou a tal ponto que, em 1970, o rei Hussein decide reprimi-los, já que estava sendo impossível controlá-los. Para manter a soberania e a governabilidade em seu próprio reino, o monarca desfez uma intensa ação repressiva contra os palestinos, que resulta em 4 mil mortos e um sem-número de expulsões, no episódio que ficou conhecido como Setembro Negro, depois repetido no Líbano.

As retaliações de Israel, o desejo de revidar aos acontecimentos de 1967 e a escalada do terrorismo precipitaram mais um confronto direto com Israel. Na tentativa de recuperar os territórios perdidos, o Egito e a Síria invadem Israel no Yom Kippur (Dia do Perdão, em que os judeus ficam em jejum) do ano de 1973; apesar das muitas perdas, Israel consegue rechaçar o ataque, avançando em território egípcio até a entrada da cidade do Cairo. O provisorio acordo de paz determinado pelas superpotências garante a saída das tropas israelenses. Sem vitórias espetaculares de nenhuma parte, esta guerra veio consolidar o poderio militar israelense, o apoio dos Estados Unidos ao Estado de Israel, mas ao mesmo tempo representou um baque no mito de in-

vencibilidade de Israel: pegos de surpresa, eles necessitaram do apoio americano para enfrentar o ataque dos árabes, e suas perdas humanas foram tais que abalaram a autoconfiança israelense. Ao mesmo tempo, essa foi a primeira guerra em que os países árabes usaram o petróleo como arma política: ameaçando reduzir a produção enquanto Israel continuasse ocupando terras árabes, a tática teve sucesso, ainda mais porque, exatamente nessa época, um aumento nas necessidades dos países industriais tornava a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) mais poderosa, tanto que, em fins de 1973, aumentaram em 300% o preço do produto.

A política de usar o petróleo como arma teve, no entanto, uma outra consequência: a intervenção americana, que foi feita para salvaguardar seus próprios interesses, passou a ser permanente, aumentando inclusive a dependência dos países árabes em relação a este país. Foi assim que os Estados Unidos passaram a ocupar o papel de mediadores no conflito, tentando forçar, a partir da gestão do presidente Jimmy Carter, uma política conjunta com a URSS para resolução dos conflitos no Oriente Médio. Embora esta perspectiva não tenha sido de todo bem-sucedida, a paz entre Israel e o Egito acabou sendo feita sob os auspícios dos Estados Unidos, através do histórico acordo de Camp David, em 1978. Segundo o acordo, além da formalização da paz, os israelenses se retirariam do Sinai e seriam iniciadas negociações nos próximos cinco anos para discutir a concessão de autonomia às colônias de Gaza e da Cisjordânia, onde vivia a maioria dos palestinos.

Embora saudada no mundo inteiro como o início da aproximação que poria fim ao conflito já quase centenário, o acordo de Camp David foi marcado por manifestações hostis em todos os países árabes. Os palestinos o rejeitaram, por sequer terem sido consultados sobre o destino dos territórios onde viviam, e a Síria e a Líbia o consideraram uma traição, passando a liderar um movimento que condenaria o Egito ao ostracismo. Não foi à toa que, três anos depois, Sadat foi assassinado por militantes que se opunham à sua política de aproximação com Israel e o Ocidente. Mesmo assim, as linhas principais de sua política foram mantidas por seu sucessor, Hosni Mubarak. A partir de então, o mundo árabe se veria genericamente dividido entre aqueles países chamados "pró-Occidente", cuja política aceitava a ingerência americana e a negociação com Israel, como o Egito, e os outros, que tentavam manter uma política independente, caracterizada por relações em diferentes níveis com a URSS, como a Síria, o Iraque e a Líbia.

Nesse princípio da década de 1980, no entanto, outros fatores passaram a influenciar a arena política do Oriente Médio, criando novos focos de conflito: ao impasse entre Israel e os palestinos (acrescido, logo depois, da problemática do Líbano) vieram se somar os problemas no Golfo Pérsico, com a revolução islâmica, a Guerra Irã-Iraque e, posteriormente, a invasão do Kuwait pelo Iraque e a Guerra do Golfo.

Apesar de não ser um país árabe, os acontecimentos que revolucionaram o Irã em 1979 abalararam toda a região. Desde os anos 20 governado pela dinastia Pahlevi, o Irã vinha sendo modernizado e ocidentalizado pelas sucessivas gerações de xás, que viam na observância estrita da religião um atraso a ser superado. País de numerosa população xiita, no entanto, o regime modernizante sempre precisou contar com uma grande dose de repressão, para conter a oposição dos grupos religiosos, que se fazia cada vez mais popular. Na década de 1970, este movimento conheceu um líder, que, refugiado na França, preparava-se para voltar ao país: era o aiatolá Khomeini, que apelava aos muçulmanos para que restaurassem a autocracia do islã na sociedade. Para Khomeini e seus seguidores, a religião poderia fornecer as soluções dos problemas de forma que o Estado moderno fora incapaz de fazer. Incentivando a solidariedade através da organização de redes de ajuda mútua, de escolas e postos de saúde, eles mobilizam milhares de fiéis, dando início à revolução islâmica, em 1979, que resulta na proclamação da República Islâmica no ano seguinte.¹¹

Embora esta não tenha sido a única razão, foi a gota d'água para que o Iraque invadisse o Irã em 1980. Mesmo tendo uma questão de fronteira mal resolvida desde 1975, o governo laico de Saddam Hussein preocupava-se com a grande popularidade que o novo regime islâmico poderia alcançar entre a sua população, cuja maioria também era xiita. Assim, a guerra tem o objetivo de, além de obter um acordo sobre a questão das fronteiras, destruir o regime de Khomeini e conquistar a chefia moral do mundo árabe, vaga desde a exclusão do Egito da Liga Árabe. Se a guerra não provocou maiores cisões na sociedade iraquiana, ela o fez no mundo árabe: a Síria apoiou o Irã por conta de sua própria rivalidade com o Iraque, e os outros países ficaram do lado deste, na esperança de que a derrota do Irã pudesse conter a ameaça aos seus próprios regimes políticos.

A guerra dura oito anos e só acaba com o cessar-fogo proclamado pelas Nações Unidas, sem que nenhum dos lados possa proclamar-se vencedor; nenhum dos dois conquistou territórios, e as perdas em vidas foram monumen-

tais para os dois lados. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que os objetivos de ambos foram alcançados: o regime islâmico não caiu (ao contrário, consolidou-se, principalmente depois da comoção causada pela morte de Khomeini em 1989), nem a revolução iraniana se espalhou pelo Golfo Pérsico, pelo menos até então.

O confronto entre Irã e Iraque também revelou ao mundo a crescente importância do petróleo na região; as grandes potências só intervieram quando foram atingidos navios petroleiros que, se destruídos, poderiam prejudicar o suprimento do combustível ao Ocidente. Além disso, com o fim da guerra, o Iraque despontou como o protetor dos regimes dos países do Golfo Pérsico, em lugar da Arábia Saudita, que até então ocupava esta posição. Afinal, este país dominava o Conselho de Cooperação do Golfo, criado em 1981, em detrimento do Irã, favorável a uma organização islâmica, e do Iraque, partidário de um conselho geral árabe; assim, fazendo uma política que favorece os países do golfo em prejuízo das outras regiões árabes do Oriente Médio, a Arábia Saudita contribui para o acirramento das rivalidades, além de permitir o aumento das desigualdades sociais entre os países de maiores e menores reservas petrolíferas. Países como o Kuwait tinham uma renda *per capita* de 13 mil dólares por ano, ao passo que os mais pobres, como o Egito, contavam apenas com 650 dólares.

Esta situação de rivalidades e tensões é agravada com a crise econômica do Iraque, que, devendo 70 bilhões de dólares ao fim da guerra com o Irã, busca uma saída que, ao mesmo tempo, solucione seus problemas internos e consolide sua liderança no mundo árabe. Esta solução foi a invasão do Kuwait, ocorrida em agosto de 1990. Usando como argumento a divisão artificial entre os dois países feita pelos ingleses e acusando o Kuwait de causar baixa no preço do petróleo, por vender mais do que a cota estabelecida pela OPEP, Saddam Hussein provoca a primeira grande crise internacional após o fim da Guerra Fria, que realiza alianças antes impensáveis, como entre os EUA, URSS e a Síria, sem contar com a oposição da Arábia Saudita, ameaçada diretamente pela agora maior potência militar da região.

Liderada pelos Estados Unidos e com autorização da ONU, uma grande coalizão internacional ataca o Iraque em 1991. Tentando envolver seus tradicionais aliados diretamente no conflito para rachar a aliança da OTAN, o Iraque lança alguns mísseis em Israel, na esperança de que este declare guerra e force a entrada dos outros países da região. Mas seu cálculo não funciona; orientado pelos Estados Unidos, Israel não se envolve no conflito, e o

Isto aconteceu em 1977, quando Begin tornou-se primeiro-ministro à frente do partido Likud, e a partir daí a colonização dos territórios ocupados tornou-se política oficial do novo governo. Assim, foi organizada uma rede de assentamentos, localizados principalmente na Cisjordânia, em que eram oferecidas vantagens econômicas para aqueles que, não necessariamente religiosos, desajassem mudar-se para lá. Logo, dar-se-ia o passo para a anexação futura dos territórios e, no caso dos ultra-ortodoxos, estariam abertos os caminhos da redenção messiânica.

Esta política israelense era fortalecida pela atuação da guerrilha palestina, liderada pela OLP. Desde o início da década de 1970, os ataques terroristas multiplicavam-se, o que reforçava o argumento da impossibilidade de qualquer negociação. Com os acordos de Camp David, a situação da OLP complicava-se, já que o Egito não era mais um aliado. Assim, a direção da organização decide pela mudança de orientação política, passando a buscar soluções diplomáticas para a luta pelo reconhecimento da autodeterminação dos palestinos.

Esta opção não é feita sem dificuldades; muitos palestinos, a essa altura, nascidos e criados em campos de refugiados, relutam em desistir da luta armada. É assim que novos grupos, como a Frente Popular de Libertação da Palestina e futuramente o Hamas, vão criando dissensos que tendem a se aprofundar com o tempo. Apegada a uma carta de intenções mais radical que seus próprios líderes, a OLP se vê continuamente identificada com sua facção extremista, já que, para ter sob seu comando o conjunto dos vários pequenos grupos palestinos, é obrigada a apoiar atos dos quais nem sempre está a favor. É neste contexto, de atos terroristas palestinos e incremento na colonização dos territórios, que se dá a invasão do Líbano por Israel em 1982. Um dos mais fracos Estados do mundo árabe, há anos que o Líbano vinha sendo palco de uma guerra civil entre cristãos e muçulmanos que não via fim; além disso, o desejo de ver este território anexado ao seu Estado faz com que a Síria se aproxime mais e mais do Líbano, chegando a intervir efetivamente em 1976. Depois dos acordos de Camp David, os palestinos concentram-se mais e mais naquela região, aliando-se aos sírios. Com o início das ofensivas de Israel ao sul do Líbano, onde se localizam as bases da OLP, o conflito se acirra.

Em 1982, Israel inicia uma ofensiva no Líbano, com a justificativa de rechaçar focos de guerrilha ao norte do país, mas, na verdade, com o objetivo de eliminar "qualquer presença física ou simbólica, sob forma militar ou or-

único a apoiar Hussein é Iasser Arafat. Com isso, as forças militares do Iraque são rapidamente destruídas. O poder americano, no entanto, não é suficiente para derrubar o regime de Saddam Hussein, que, mesmo sofrendo o embargo econômico imposto pelas grandes potências, continua se sustentando no Iraque.

Ao fim da guerra, a responsabilidade maior sobre a administração do conflito recai sobre os Estados Unidos; por conta da crise da URSS, despontam finalmente como o único mediador possível para garantir a estabilidade no Oriente Médio, e ela depende, nesse momento, basicamente da busca de uma solução para a questão palestina.

A QUESTÃO PALESTINA

Desde o início da década de 1970, com a escalada do terrorismo palestino, fica claro que uma solução deve ser encontrada para o problema dos refugiados palestinos. Além disso, como reza a cartilha do direito internacional, a condição de refugiado é provisória, não permanente, e o fortalecimento de lideranças como Iasser Arafat fazia questão de lembrar ao mundo todo, e em especial a Israel, que o custo a pagar pelo desprezo à situação dos palestinos seria alto para ambos os lados.

A questão é que nem todos concordavam com isso. Em Israel, desde as conquistas das terras consideradas bíblicas na Guerra dos Seis Dias — a Samaria e a Judéia (que compõem a Cisjordânia), o Sinai e as colinas do Golan são transformados em territórios ocupados, enquanto que a Cidade Velha de Jerusalém é anexada pelo Estado de Israel —, a interpretação de que a era messiânica estava para começar torna-se popular entre os judeus ultra-ortodoxos que, liderados pelo rabino Kook, defendem a anexação de todos esses territórios. Para estas pessoas, os palestinos não tinham qualquer direito àquelas terras, que pertenceriam aos judeus por direito divino e histórico. Diante da recusa do governo israelense em autorizar a colonização dessas áreas, foram constituídos grupos, como o Gush Emunim (Bloco dos Fieis), que passaram a fazê-lo de forma clandestina, ao mesmo tempo que participavam de uma articulação de direita, formada também por Menachem Begin (ex-militante do Irgun) e por militares que defendiam a manutenção de um escudo territorial contra ataques árabes, para tomar o poder.

ganizacional" dos palestinos no Líbano, além de garantir no poder o presidente cristão Bachir Gemayel, aliado de Israel. Indo mais longe do que aconselhava a prudência, Israel invade a cidade de Beirute, matando civis e aumentando ainda mais o número de refugiados que existiam na região. Mesmo assim, como era grande a capacidade de resistência dos palestinos, os choques com o exército israelense causavam grande número de baixas de ambas as partes, o que começou a gerar certo descontentamento por parte da população israelense, que passou a criticar o afã de seu Estado em prosseguir nos ataques.

Esta posição foi consolidada a partir dos massacres dos campos de refugiados de Sabra e Chatila, quando mais de mil civis foram mortos por uma facção cristã treinada e mantida por Israel, em área controlada por este país. Caindo como uma bomba na opinião pública israelense, a notícia do acontecimento rachou a sociedade ao meio: o movimento Paz Agora conseguiu reunir 400 mil pessoas (10% da população israelense) em uma manifestação gigantesca pelo fim da guerra, considerada "o Vietnã de Israel". Pela primeira vez, soldados recusavam-se a ir para os campos de batalha, alegando razões de consciência. Estava rachado o consenso sionista. Pouco tempo depois, caía Ariel Sharon, ministro da Defesa de Israel, e, apesar da vitória israelense nos campos de combate — a liderança da OLP realmente deixou o país, mudando-se para a Tunísia —, as pressões internas obrigaram o primeiro-ministro Begin a renunciar.

Amargando mais uma derrota, a OLP entra em crise; suas táticas de negociação não mais seduziam suas bases, principalmente aqueles 2,5 milhões de habitantes da Cisjordânia e da faixa de Gaza. O desespero desta população foi o que levou à *intifada* (ressurreição), ou "revolução das pedras", que começou espontaneamente em 1987 e tomou de surpresa tanto Israel quanto a OLP. Armados com paus e pedras, jovens palestinos atacavam soldados israelenses, que reagiam à bala. Mais do que rapidamente, grupos islâmicos extremistas como o Hamas, que pregavam a destruição de Israel e não reconheciam a liderança da OLP, começaram a participar dos ataques. Assustado com a possibilidade de perder de vez a liderança da população palestina, Arafat usa a *intifada* como instrumento de propaganda, angariando a simpatia mundial aos revoltosos. Ao mesmo tempo, na reunião do Conselho Nacional Palestino de 1988, ele renuncia de vez ao terrorismo, ao mesmo tempo que proclama o reconhecimento do direito de Israel à existência e enfatiza a necessidade próxima de criação do Estado Palestino.

A mudança de orientação da OLP representou um sério problema para o governo israelense. Como este continuasse a se recusar a negociar com aqueles com quem até os Estados Unidos já conversavam, começaram as pressões para que esta política fosse modificada, ainda mais depois da Guerra do Golfo, na qual este país consolidou sua posição de grande mediador dos conflitos locais e mostrou ser, mais uma vez, quem garantia em última instância a segurança de Israel. Além disso, a OLP havia saído extremamente enfraquecida dos conflitos no Golfo, por ter sido a única instituição a apoiar o Iraque, e precisava reconquistar espaços políticos; Israel, por sua vez, por conta das rivalidades produzidas pelo mesmo confronto, deixou sua posição de isolamento, aproximando-se da Jordânia e da Arábia Saudita. Hora melhor não havia para o início do processo de paz.

A primeira conferência de paz, portanto, sairia em 1991, mesmo com a má vontade do primeiro-ministro israelense Itzhak Shamir; mais radical do que Begin, que já havia aceitado negociar com Sadat nos anos 70, Shamir só cedeu quando os EUA ameaçaram congelar empréstimos a Israel. Mesmo assim, as conversações não avançaram muito. Isto só foi acontecer quando, envolvidos na campanha eleitoral israelense de 1992, o partido Avodá (trabalhista) encampou a paz em seu discurso político, conseguindo, por isso, a vitória contra o Likud, tendo Itzhak Rabin, antigo membro da linha dura do exército israelense, como primeiro-ministro. A partir daí, as intenções começaram a dar frutos: os palestinos concordaram com os planos de autonomia gradual para os territórios, começando por Gaza, e, em 1993, depois aceitos por ambas as partes os termos dos acordos de Oslo, Arafat e Rabin realizam o histórico-aperto de mãos na Casa Branca, sob o olhar aprovador do presidente americano Bill Clinton (ver quadro 2: a dispersão dos refugiados palestinos [1996]).¹²

O acordo previa a autonomia palestina sobre Gaza e a cidade de Jericó, na Cisjordânia, com a retirada do exército de Israel e a substituição por uma polícia palestina; aos poucos, a autonomia englobaria outras áreas, formando, por fim, a Autoridade Nacional Palestina, que o governo israelense ainda não tinha coragem de chamar de Estado. O clima bom criado pelas negociações foi alimentado pelo acordo de paz com a Jordânia, em 1994; ele deu início a uma fase de cooperação econômica entre Israel e vários países árabes, como o Marrocos, a Tunísia e a própria Jordânia.

A situação não estava tão boa para Arafat, que continuava enfrentando a oposição de grupos fundamentalistas como o Hizbolá, que não aceitavam o acordo de paz e continuavam assassinando judeus indiscriminadamente

que marcam o governo de Arafat são uma sombra no andamento do processo de paz, que ainda está longe de acabar. Mesmo assim, a estabilização da Autoridade Nacional Palestina faz com que, hoje, poucos se recusem a admitir que a fundação oficial do Estado Palestino é apenas uma questão de tempo.

Simultaneamente, os anos 90 foram testemunha do agravamento das condições sócio-econômicas da maioria da população árabe. O crescimento econômico propiciado pela produção petrolífera não correspondeu a uma elevação no padrão de vida geral, ainda mais porque a população árabe continua crescendo muito e os sistemas políticos da maioria dos países do Oriente Médio não têm como objetivo uma distribuição mais justa da riqueza. Com isso, vem aumentando o fosso entre os poucos ricos e os muitos pobres da região, o que contribui para a maior descrença nas formas tradicionais de se fazer política e, conseqüentemente, no fortalecimento dos movimentos fundamentalistas.

De fato, embora não se pretenda reduzir um fenômeno religioso a suas causas sócio-econômicas, é de assustar o número de partidos que vêm se fortalecendo e ganhando apoio popular em diversos países muçulmanos, usando muitas vezes a violência para alcançar seus objetivos. A Argélia e o Afeganistão são apenas os exemplos mais evidentes desta situação, e a contínua existência de grupos fundamentalistas entre a população palestina é prova da vitalidade de suas idéias.¹⁴

Da mesma forma, Israel, hoje, vive as conseqüências do profundo disseio ideológico e cultural entre judeus seculares e fundamentalistas. Acirrando um conflito que teve origem no próprio momento de fundação do Estado, opostos à paz com os árabes e à pluralidade política e religiosa, os judeus fundamentalistas são a maior ameaça à consolidação da democracia em Israel.

É um quadro de perplexidade, este pintado no limiar do século XXI: nascidos sob o signo da modernização ocidentalizante, os Estados nacionais do Oriente Médio se deparam, cada vez mais, com movimentos que unem política à religião, criando fundamentos históricos em acontecimentos ocorridos há séculos e séculos para as opções que defendem, quase nunca pela via da negociação e do direito. Isto muda completamente a situação com a qual israelenses e árabes estavam acostumados a lidar há quase um século, quando o inimigo era o vizinho. Agora, o perigo está no lado de dentro.

nos territórios, e para Rabin, que tinha que enfrentar a oposição interna dos fundamentalistas judeus, os colonos ultra-ortodoxos que habitavam os territórios e se recusavam a deixá-los, participando também eles de manifestações violentíssimas contra aqueles que consideravam seus inimigos: em 1994, o colono americano Baruch Goldstein matou 29 muçulmanos que rezavam na Tumba dos Patriarcas, em Hebron, lugar sagrado para muçulmanos e judeus. Morto após o atentado, a atitude de Goldstein foi duramente criticada pelo governo israelense, mas ele foi enterrado como herói por seus correligionários. A escalada de violência parecia não ter limites, e realmente não tinha: em novembro de 1995, foi a vez do primeiro-ministro Rabin ser assassinado pelo fundamentalista religioso judeu Ygal Amir, ao fim de uma manifestação de paz em Tel-Aviv.¹³

O assassinato de Rabin abriu uma grande ferida na sociedade israelense: pela primeira vez, um atentado dessas proporções era cometido por um judeu, que alegava que Rabin estava impedindo a continuação do processo messiânico. Mesmo que a demora em implementar os acordos, o aumento de atos terroristas nas cidades de Jerusalém e Tel-Aviv e o violento discurso do Likud contra a paz contribuíssem para a queda de popularidade de Rabin, a maioria da população não esperava tal atitude. Uma semana após o atentado, 74% da população passavam a apoiar o processo de paz. Mas isto não seria suficiente para que o partido Avodá voltasse a vencer as eleições, representado por Shimon Peres; os numerosos atentados terroristas palestinos que voltaram a ser perpetrados em Israel acabaram por fazer pender a balança para o lado do Likud, e Benjamin Netanyahu assumiu o governo israelense em 1996 com a promessa de frear todas as negociações possíveis com os palestinos. A pressão americana, no entanto, o obrigou a fazer algumas concessões, que resultaram nos acordos de Wye, em 1998, que, por sua vez, levaram à crise de seu governo de coalizão de direita, obrigando-o a antecipar eleições gerais para 1999, um ano antes do previsto.

CONCLUSÃO

Haverá paz no Oriente Médio? O impasse nas negociações entre palestinos e israelenses, a pobreza da população dos territórios da Autoridade Nacional Palestina, as tentativas de continuação da construção de bairros israelenses em áreas destinadas à devolução aos palestinos e as denúncias de corrupção

QUADRO 1

As principais ondas de imigração judaica para a Palestina

PERÍODO	NÚMERO	ORIGEM
1882-1903 (1ª <i>aliá</i>)	20/30.000	Rússia
1904-1923 (2ª-3ª <i>aliás</i>)	35/40.000	Rússia e Europa Oriental
1932-1938 (5ª <i>aliá</i>)	217.000	Alemanha e Polónia
1939-1948 (6ª <i>aliá</i>)	153.000	Refugiados dos campos de concentração europeus
1948-1951	687.000	Países árabes e Europa Central
1952-1960	54.000	Norte da África
	165.000	Egito (1956)
	75.000	Europa Central
1961-1964	228.000	Marrocos
1965-1971	81.000	EUA e Europa Ocidental
	116.000	América Latina
1972-1974	143.000	URSS
1975-1989	230.000	EUA, Europa Ocidental, América Latina, Irã (1979), Etiópia (1985-1986)
a partir de 1989	450.000	Ex-URSS

Fonte: François Massoulié. *Os conflitos do Oriente Médio*. São Paulo, Ática, 1994, p. 64.

QUADRO 2

A dispersão de refugiados palestinos (1996)

PAÍS	NÚMERO
Jordânia	1.358.706
Cisjordânia	532.438
Gaza	716.930
Líbano	352.668
Síria	347.391
Total	3.308.133

Fonte: Rosemary Sayigh. "L'avenir brouillé des réfugiés", in *Le Monde Diplomatique*; *manière de voir* 34, maio 1997, p. 24.

NOTAS

1 O *islamismo e Jerusalém* — A relação entre Jerusalém e o islamismo começou quando, tendo conquistado a cidade durante a expansão imperial, os muçulmanos construíram o *Domus da Rocha* e a *Mesquita Aqsa*, o primeiro complexo de prédios religiosos do islã, em cima do Monte do Templo. A escolha da cidade foi importante; por ser a mais sagrada para o judaísmo e o cristianismo, ela fez parte da estratégia de legitimar a nova religião e o novo império que então nasciam. O local selecionado foi a rocha sobre a qual Abraão ter-se-ia disposto a sacrificar seu filho Isaac em nome da fé monoteísta, e onde mais tarde teria repousado a Arca do Templo. Para os muçulmanos, a cidade passou a ser sagrada porque nela foi construído o santuário da "revelação final", que, substituindo o Templo judaico de Salomão, continuava as revelações feitas a judeus e cristãos mas corrigia os erros nos quais estes haviam incorrido. Além disso, mesmo que a palavra "Jerusalém" nunca tenha sido mencionada no Corão, o versículo 17:1 conta que Deus teria levado Maomé em uma jornada, à noite, da mesquita sagrada, em Mecca, para a mesquita mais distante (em árabe, *al-Masjid al-Aqsa*). Embora uma interpretação considere que essa mesquita seja no céu, a interpretação contemporaneamente aceita pelos muçulmanos entende que a mesquita distante localizava-se em Jerusalém.

2 O *judaísmo e Jerusalém* — De acordo com o Antigo Testamento, Jerusalém passou a ser sagrada para os judeus quando o rei Davi trouxe a Arca Sagrada para esta cidade, construindo um palácio real, fortalecendo suas fortificações e fazendo de Jerusalém a capital do Reino de Israel. Durante o reinado de seu filho Salomão, um grande templo foi construído no Monte do Templo, no lugar onde Abraão teria levado seu filho Isaac para o sacrifício. A partir de então, ela passou a ser o centro da vida judaica. Mesmo com a destruição deste templo e do seguinte que o substituiu, e com a dispersão dos judeus pelo mundo, Jerusalém continuou sendo a direção para onde os judeus se voltavam em suas orações. Para estes, a peregrinação a Jerusalém é considerada uma *aliá* (subida, em hebraico), por ser o lugar espiritualmente mais elevado passível de ser alcançado. Jerusalém permanece também como o símbolo da fidelidade dos judeus à religião, expressa no salmo "Se eu esquecer de ti, ó Jerusalém, que a minha mão destra perca a sua destreza..."

3 Os *vários sionismos* — A palavra "sionismo" esconde várias correntes distintas. Embora todas tenham em comum o objetivo de criar um lar judaico, não havia consenso quanto à forma, os motivos, nem ao local onde isto deveria acontecer. Ainda antes de Theodor Herzl escrever seu *O Estado Judeu*, alguns religiosos já proclamavam a necessidade do retorno dos judeus a Sion, formando a corrente do sionismo religioso. Para Herzl e seus seguidores, o sionismo devia visar, através da ação política e diplomática, à fundação de um Estado "normal", não necessariamente na Palestina — chegaram a considerar a proposta britânica de migrarem para Uganda —, onde os judeus estivessem livres das perseguições anti-semitas; para Ahad Ha'am, adepto do sionismo cultural, Israel deveria se tornar um refúgio para a preservação da cultura e identidade judaicas, que corriam o

risco de se perder com a assimilação existente nos países ocidentais da Europa. Há ainda os sionistas práticos, como David Ben-Gurion, que, depois da derrota da via diplomática, optam pela infiltração na Palestina, mesmo ilegalmente, e os "revisionistas", que, liderados por Zeev Jabotinski, pretendem conquistar toda a Palestina e a Transjordânia, mesmo que à força. Unidos pelo objetivo comum da criação do Estado até 1948 (a exceção dos "revisionistas", os únicos a não aceitarem o plano de partilha da ONU), estas correntes demonstraram suas profundas divergências após a fundação do Estado de Israel, quando tornaram explícitos os seus distintos projetos para o país.

4 *Os Jovens Turcos* — Em fins do século XIX, desenvolveram-se no Império Otomano vários grupos de oposição ao sultão e seu governo. O mais importante deles foi o do conjunto de oficiais chamados "Jovens Turcos", organizado no Comitê para a União e o Progresso. Em uma grande revolta em 1908, forçaram o sultão a instituir um governo parlamentar constitucional. Prometendo igualdade étnica e religiosa, os Jovens Turcos levaram adiante o programa de reforma e modernização do império, abrindo escolas femininas e discutindo a extensão dos direitos de cidadania às mulheres. Esse projeto, no entanto, durou pouco: assolado pelas dívidas e pela Primeira Guerra Mundial, o ministro da Guerra, Enver Pasha, adotou uma política austera, justificando-a pela manutenção da ordem e da segurança nacional, que resultou inclusive na repressão a várias minorias nacionais, como os armênios e os curdos.

5 *Lawrence da Arábia* — Thomas Edward Lawrence, coronel britânico, era o encarregado de representar o Foreign Office (Assuntos Exteriores) junto a Hussein, negociando com ele a implementação do "Reino Árabe", tão logo a guerra acabasse. Confidente de Faissal, filho de Hussein, Lawrence participou da revolta árabe contra o Império Otomano em 1916, o que lhe valeu glória, a fama de "rei não-coroadado dos árabes" e a alcunha "Lawrence da Arábia". Como o grande "Reino Árabe" prometido nunca tivesse saído do papel, apesar de seu envolvimento, Lawrence resolveu desaparecer da cena política. Com um pseudônimo, tornou-se soldado raso da força aérea britânica e acabou morrendo em 1935, num acidente de moto.

6 *O mufti de Jerusalém* — Amin al-Husseini (1893-1974) foi a maior autoridade árabe sob mandato inglês. Descendente de uma importante família de Jerusalém, Husseini completou seus estudos na Faculdade de Teologia egípcia de Al Azhar. Após ter servido no exército otomano durante a Primeira Guerra, Husseini tornou-se presidente do Clube Nacionalista Árabe, onde começou a desenvolver suas atividades anti-sionistas. Desde a década de 1920, participou de violentos ataques contra judeus; condenado à prisão pelos ingleses, recebeu anistia e foi escolhido o Grande Mufti de Jerusalém pelas autoridades mandatárias, além de presidente do Conselho Supremo Muçulmano, passando a ser, simultaneamente, o representante oficial e religioso da população árabe. Durante a revolta de 1936, foi obrigado a fugir para o Iraque; de lá, apoiado pela Alemanha nazista, participou de um golpe de Estado contra os ingleses. Aliado dos alemães, apoiou o recrutamento de voluntários muçulmanos para lutar no exército nazista nos Bálcãs. Depois do fim da guerra, Husseini participou da criação da Liga Árabe no Egito e, a partir de então, tentou criar governos árabes na Palestina, sem ter obtido sucesso nem apoio do mundo

árabe. Em 1959, sem qualquer crédito entre os líderes árabes, Amin al-Husseini retirou-se da vida pública, indo residir no Líbano, onde faleceu quinze anos depois.

7 *Holocausto e a criação do Estado de Israel* — Ainda hoje, é difícil determinar a influência tida pelo Holocausto na decisão da ONU. Não fosse a comissão pública gerada pelo extermínio em massa de milhões de judeus, talvez os países não se decidissem em favor da criação de Israel; por outro lado, com ou sem massacre, a situação na Palestina já havia se tornado insustentável, e a decadência do Império Britânico era uma realidade nos quatro cantos do mundo. O fato é que, com aqueles que pereceram no Holocausto, morreram também as outras correntes políticas judaicas existentes antes da guerra. Boa parte daqueles que haviam optado por ficar na Europa o fizeram na esperança da integração ou, principalmente, da erradicação do anti-semitismo através da instauração da sociedade socialista, onde as diferenças — fossem quais fossem — não teriam razão de ser. Ao fim da guerra, estavam quase todos mortos, e com eles os vários e populares partidos socialistas judaicos. Embora alguns tenham sido recriados posteriormente, nenhum logrou obter a pujança de antes; ao mesmo tempo, aqueles homens que sobreviveram — e talvez justamente por isto — ficaram mais e mais simpáticos ao sionismo, o que, sem dúvida, contribuiu para o fortalecimento da causa.

8 *A Declaração de Independência do Estado de Israel* — Pais até hoje sem Constituição, por conta das divergências entre seus fundadores, Israel tem na sua Declaração de Independência, lida por Ben-Gurion em Tel-Aviv no dia 14 de maio de 1948, seu documento fundador. Ele explicita os diferentes projetos concomitantes naquele momento, quando, para alguns, Israel devia ser um Estado nacional moderno e laico, aberto às diferenças étnicas e religiosas e, para outros, devia ser regido pela Halachá, as leis religiosas escritas e aplicadas para judeus. Seguem trechos: "A Terra de Israel foi o lugar de nascimento do povo judeu. Aqui se formou sua identidade nacional, espiritual e religiosa. Aqui os judeus conquistaram independência e criaram uma cultura de importância nacional e universal. Aqui escreveram a Bíblia e ofereceram-na ao mundo. Exilado da Terra de Israel, o povo judeu conservou-se fiel a ela durante os séculos de sua dispersão, nunca deixando de rezar e esperar por sua volta e pela restauração da liberdade nacional. [...] O Estado de Israel será aberto à imigração de judeus de todos os países onde estão dispersos; ele desenvolverá o país, para benefício de todos os seus habitantes; será fundado sobre os princípios de liberdade, justiça e paz ensinados pelos profetas de Israel; assegurará uma completa igualdade dos direitos sociais e políticos a todos os seus cidadãos, sem distinção de credo, raça ou sexo; garantirá a plena liberdade de consciência, culto, educação e cultura; assegurará a salvaguarda e a inviolabilidade dos lugares santos e dos credos de todas as religiões e respeitará os princípios da Carta das Nações Unidas. [...] Nós lançamos um apelo ao povo judeu de todo o mundo para se ligar a nós na tarefa da imigração [...], e a nos assistir no grande combate a que nos entregamos, para realizar o sonho perseguido de geração em geração: a redenção de Israel. Confiantes no Eterno Todo-Poderoso, assinamos esta declaração sobre o solo da pátria, na cidade de Tel-Aviv, nesta sessão da assembleia provisória do Estado, realizada na véspera do shabat, 5 Iyar, 5708, 14 de maio de 1948."

9 *A Irmandade Muçulmana* — “Estabelecidos desde o início do movimento, estes princípios continuam em vigor. 1. Creio que tudo está sob a ordem de Deus; que Maomé assegura a veracidade de toda profecia dirigida a todos os homens, [...] que o Corão é o livro de Deus, que o islã é uma lei completa para dirigir esta vida e a próxima. [...] 2. Creio que a ação correta, a virtude e o conhecimento estão entre os pilares do islã. Prometo agir corretamente, realizando as práticas do culto e evitando as coisas más; terei prazer nos bons costumes, abominarei os maus, difundirei ao máximo os hábitos muçulmanos [...], reforçarei os rituais e o idioma do islã e trabalharei para difundir as ciências e os conhecimentos úteis em todas as classes da nação. [...] 4. Creio que o muçulmano é responsável por sua família, que ele tem o dever de conservá-la em boa saúde, na fé e nos bons costumes. Prometo fazer o possível para tanto e insultar os ensinamentos do islã nos membros de minha família. Não deixarei meus filhos entrarem numa escola que não preserve as suas crenças e os seus bons costumes. Suprimirei deles todos os jornais, livros e publicações que negam os ensinamentos do islã, assim como as organizações, grupos e clubes desse tipo. 5. Creio que o muçulmano tem o direito de fazer reviver o islã pela renascença dos seus diferentes povos, que a bandeira do islã deve cobrir o gênero humano e que cada muçulmano tem por missão educar o mundo segundo os princípios do islã. Prometo ainda lutar para realizar essa missão enquanto eu viver, e para isso sacrificar tudo o que eu possuo.”

François Massoulié. *Os conflitos do Oriente Médio*. São Paulo, Ática, 1994, p. 29.

10 *A Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU* — “O Conselho de Segurança da ONU, expressando a inquietude que continua a causar-lhe a grave situação no Oriente Médio, [...] 1. Afirma que a obediência a sua Carta de Princípios exige a instauração de uma paz justa e duradoura no Oriente Médio, que deverá compreender a aplicação dos dois princípios seguintes: I. Retirada das forças israelenses dos territórios ocupados no recente conflito; II. Cessação de todas as declarações de beligerância e de todos os estados de beligerância; respeito e reconhecimento pela soberania, integridade territorial e independência política de cada Estado da região e pelo seu direito de viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, protegido contra ameaças de força; 2. Afirma ainda a necessidade: a) De garantir a liberdade de navegação pelas vias navegáveis internacionais da região; b) De se alcançar uma solução justa para o problema dos refugiados; c) De garantir a inviolabilidade territorial e a independência política de cada Estado da região, através de medidas que compreendem a criação de zonas desmilitarizadas [...].”

11 *Os xiitas* — Do árabe *shīa* (partido), são os muçulmanos partidários de Ali, primo e genro de Maomé, que sustentam que só as tradições do Profeta transmitidas através de membros de sua família podem ser aceitas. O grupo a que se opõem é o dos sunitas, que seguem também a *sunna* (lei, regra tradicional, em árabe) e os ensinamentos dos quatro primeiros califas (soberanos sucessores de Maomé). Usualmente identificados com a ala radical do islamismo, esta definição não é necessariamente correta, já que os

sunitas também adotaram atos de extremismo, como o assassinato do presidente egípcio Anuar Sadat. Mesmo assim, apoiando o regime fundamentalista do aiatolá Khomeini, os xiitas reviveram a *jihad* (guerra santa), que proclama o combate do islã contra todos os inimigos, heréticos e “corruptores da terra”, como o escritor Salman Rushdie, que, por ter utilizado elementos da tradição muçulmana em seu livro *Versos satânicos*, foi condenado à morte através da *fatwa* (julgamento religioso emitido pelo aiatolá).

12 *A literatura da paz* — “Fui escolhido, junto com meu colega e amigo Yoram Kaniuk, como co-presidente do comitê [misto de intelectuais — israelenses e palestinos — contra a ocupação e pela paz e a liberdade de expressão]. Cada um de nós se esforçou em compreender as dificuldades que o outro encontrava, as pressões que sofria por parte de sua sociedade, e respeitar suas dificuldades. [...] Estou comovido por constatar que essa amizade tardia que me une a esses colegas judeus ressuscita em mim as lembranças de juventude, do tempo em que eu era aluno da escola em Haifa, minha cidade natal. A política não existia para nós, nessa época, e sólidos vínculos de camaradagem e de amizade nos uniam a nossos companheiros judeus: freqüentávamos a mesma escola e morávamos na mesma rua.”

Emil Habibi, escritor palestino, primeiro árabe israelense a ocupar uma cadeira na Knesset (Parlamento) de Israel.

13 *O fundamentalismo religioso* — Movimento que usa a religião como fundamento de posições políticas, o fundamentalismo (ou integrista) é também uma tentativa de conservar as tradições, opondo-se a qualquer tipo de modernização. Embora todos os fundamentalistas sejam fervorosos adeptos de suas religiões, nem todos os religiosos ortodoxos são fundamentalistas. Em Israel, por exemplo, são fundamentalistas aqueles judeus que justificam a violência contra os palestinos através do suposto direito bíblico de propriedade das terras da Cisjordânia. Os muçulmanos fundamentalistas, por sua vez, são aqueles que concordam em matar os considerados infiéis, usando a *jihad* (guerra santa) em nome da defesa dos princípios do islã.

14 *A condição feminina no islamismo* — “A imagem de mulheres cobertas da cabeça aos pés, fugindo da fúria dos estudantes da milícia talibã [alunos do islã], que tomou o poder no Afeganistão, chocou o mundo. [...] Às vésperas do século XXI, os talibãs exigem que as mulheres restrinjam seus movimentos ao espaço interno do lar e cubram totalmente o corpo. Proíbem-nas de trabalhar fora e ir à escola, ao menos enquanto os líderes religiosos [mulás] analisam o que devem aprender. Andar na rua, sómente acompanhada de um parente do sexo masculino. De ônibus, só respeitando a divisão feita com uma corrente para que homens e mulheres não se sentem próximos uns dos outros. Aquelas que ousam desobedecer são severamente punidas. Há diversos relatos de espancamento de mulheres na rua por não estarem adequadamente vestidas. [...] Confusão semelhante vivem as mulheres da Arábia Saudita, especialmente depois que a Guerra do Golfo levou para seu país centenas de militares americanos

que fazem tudo o que elas nunca sonharam. [...] [Lá], as mulheres que mostram de- mais o corpo podem ser castigadas pela polícia religiosa, e vídeos, livros e publicações são censurados. Como no Afeganistão, cinema, música, álcool, pornografia e jogo são expressamente proibidos. Apesar disso, com um número cada vez maior de mulheres chegando às universidades e viajando para estudar no exterior, as reivindicações co- meçam a crescer. Sabe-se que muitas delas usam roupas ocidentais e até *jeans* por baixo das túnicas. As jovens recém-formadas queixam-se da falta de oportunidades de trabalho.”

Sonia de Souza Costa, “Mulher invisível: a revolução no Afeganistão reabre o de- bate sobre a condição feminina no islamismo”, Revista *Manchete*, 12/10/1995, pp. 14-19.

BIBLIOGRAFIA

- Akcelrud, Isaac. 1986. *O Oriente Médio*. São Paulo, Atual; Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- Brener, Jayme e Camargo, Cláudio. 1995. *Guerra e paz no Oriente Médio*. São Paulo, Contexto.
- Brener, Jayme. 1993. *Ferida aberta: o Oriente Médio e a nova ordem mundial*. São Paulo, Atual.
- Chouraqui, André. 1971. *O Estado de Israel*. Lisboa, Arcádia.
- Habibi, Emil e Kaniuk, Yoram. 1997. *A terra das duas promessas*. Rio de Janeiro, Imago.
- Hourani, Albert. 1994. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Johnson, Paul. 1989. *História dos judeus*. Rio de Janeiro, Imago.
- Lewis, Bernard. 1996. *O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Linhares, Maria Yodda. 1982. *O Oriente Médio e o mundo dos árabes*. São Paulo, Brasiliense.
- Lobianco, Luis Eduardo. 1996. *A política britânica para o Oriente Próximo durante a Primeira Guerra Mundial: as origens do conflito árabe-israelense na Palestina*. Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Massoulié, François. 1994. *Os conflitos do Oriente Médio*. São Paulo, Ática.
- Pinsky, Jaime. 1978. *Origens do nacionalismo judaico*. São Paulo, Hucitec.
- Salem, Helena. 1990. *O que é a questão palestina*. São Paulo, Brasiliense.
- Scliar, Moacyr. 1994. *Judaísmo: dispersão e unidade*. São Paulo, Ática.

Soares, Jurandir. 1991. *Israel x Palestina: as raízes do ódio*. Porto Alegre, Editora da Universidade do Rio Grande do Sul.

_____. 1991. *Oriente Médio: de Maomé à Guerra do Golfo*. Porto Alegre, Editora da Universidade do Rio Grande do Sul.

The Jerusalem Report. 1996. *Yitzhak Rabin, o soldado da paz*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.